

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

# Prestação de Contas Anual Simplificada

## 2018



**Governador**

Rui Costa

**Secretário da Fazenda**

Manoel Vitorio da Silva Filho

**Subsecretário da Fazenda**

João Batista Aslan Ribeiro

**Chefe de Gabinete**

Adriano Tadeu Oliveira Guedes Chagas

**Superintendente de Administração Financeira**

Antônio Humberto Novais de Paula

**Coordenador-Geral de Planejamento,  
Acompanhamento e Controle Financeiro**

Roberval Lopes Lima

**Diretor do Tesouro**

Arlindo Luiz de Santana Júnior

**Diretor da Contabilidade Pública**

Manuel Roque dos Santos Filho

CRC-BA 18.358/O-5

**Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**

# Prestação de Contas Anual Simplificada

# 2018



**Missão – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**

*Prover e administrar os recursos financeiros para viabilizar as políticas públicas do Estado e orientar o cidadão quanto à importância do pagamento dos tributos e do controle da aplicação dos recursos públicos.*



# S U M Á R I O

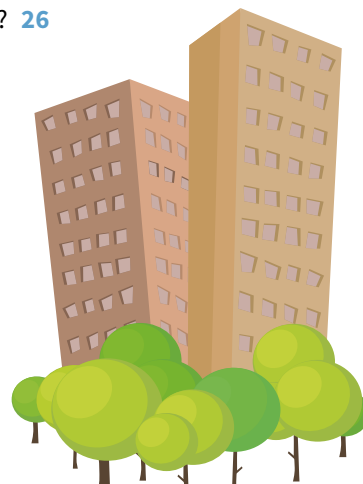
- Capítulo 1** O que é a prestação de contas anual? **8**
- Capítulo 2** Os tributos e o gasto público **10**
- Capítulo 3** Como é dividido o Relatório de Prestação de Contas? **14**

## Gestão orçamentária

- Capítulo 4** O que é o orçamento público? **16**
- Capítulo 5** O que são receitas orçamentárias? **18**
- Capítulo 6** O que são despesas orçamentárias? **22**
- Capítulo 7** Como se dá a classificação funcional da despesa orçamentária? **26**
- Capítulo 8** O que é o balanço orçamentário? **30**
- Capítulo 9** Como se dá a análise do balanço orçamentário? **32**

## Gestão financeira

- Capítulo 10** O que é o balanço financeiro? **34**
- Capítulo 11** O que é demonstração dos fluxos de caixa? **38**



## Gestão patrimonial

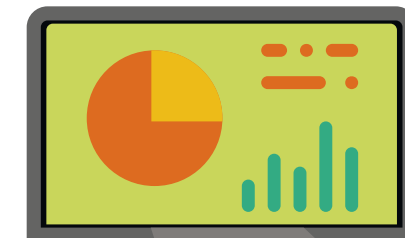
- Capítulo 12** O que é o balanço patrimonial? **42**
- Capítulo 13** Como é dividido o balanço patrimonial? **44**
- Capítulo 14** O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais? **52**
- Capítulo 15** Como é dividida a demonstração das variações patrimoniais? **54**
- Capítulo 16** De que forma o resultado das variações patrimoniais afeta o balanço patrimonial? **58**
- Capítulo 17** O que é a provisão matemática previdenciária? **62**

## Gestão fiscal

- Capítulo 18** Lei de Responsabilidade Fiscal **64**
- Capítulo 19** O que é a dívida pública? **68**

## Gestão econômica

- Capítulo 20** O que é balanço econômico? **70**
- Capítulo 21** As concessões de serviços públicos e a Parceria Público-Privada (PPP) **74**
- Equipe técnica** **80**



## Capítulo 1

# O que é a Prestação de Contas Anual?



Fazer a prestação de contas anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Art. 70, parágrafo único da Constituição Federal:

*“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...)”*

A edição e publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

*“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”*

Por meio da prestação de contas anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No estado da Bahia, é no Relatório de Prestação de Contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo estado são demonstrados sob os pontos de vista do orçamento, das finanças, do patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

# Capítulo 2

## Os tributos e o Gasto Público

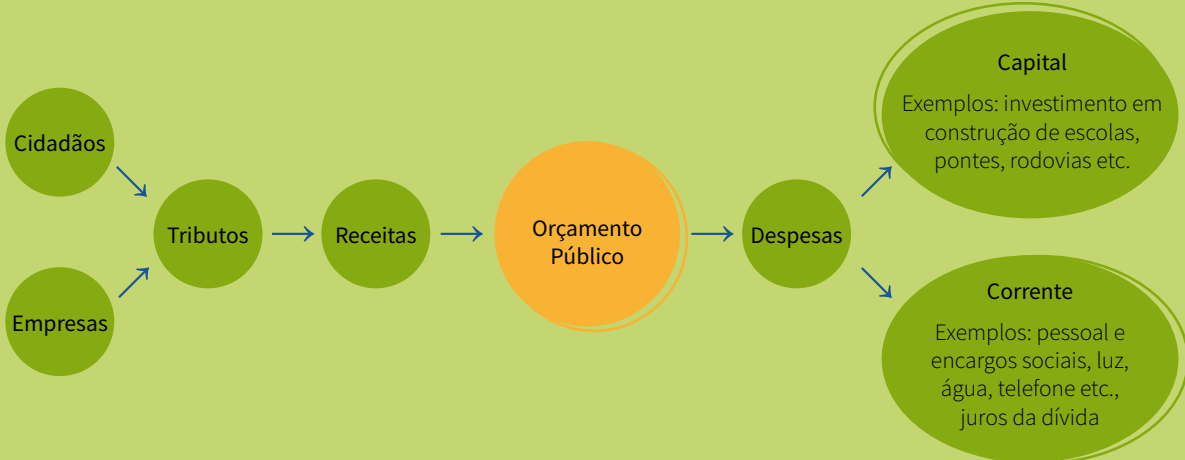


Para melhor entendimento da prestação de contas do estado, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

O estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o pagamento de tributos que viabiliza todos os bens e serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

### O caminho das receitas tributárias



### Impostos, taxas e contribuições: qual é a diferença?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual é a diferença entre impostos, taxas e contribuições. Ou ainda: quais são os principais tipos de tributos. Confira, no glossário abaixo, a definição para cada categoria.

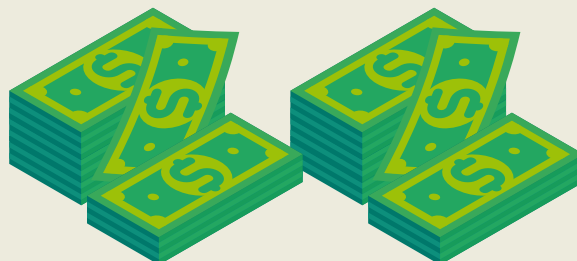
**Imposto** – É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

**Taxa** – O pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

**Contribuição de Melhoria** – É cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

**Empréstimo Compulsório** – Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

**Contribuições Sociais** – Podem ser instituídas pela União, pelos estados e Distrito Federal e pelos municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e à assistência social. São exemplos: PIS/Pasep, Cofins e INSS.



Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? Conheça alguns deles:

### ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados etc.

### IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

### ITD – Imposto sobre a Transmissão de Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.



## Capítulo 3

# Como é dividido o *Relatório de Prestação de Contas?*



O Relatório de Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

**Gestão Orçamentária**

**Gestão Financeira**

**Gestão Patrimonial**

**Gestão Fiscal**

**Gestão Econômica**



Capítulo 4

O que é o  
*Orçamento Público?*



O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

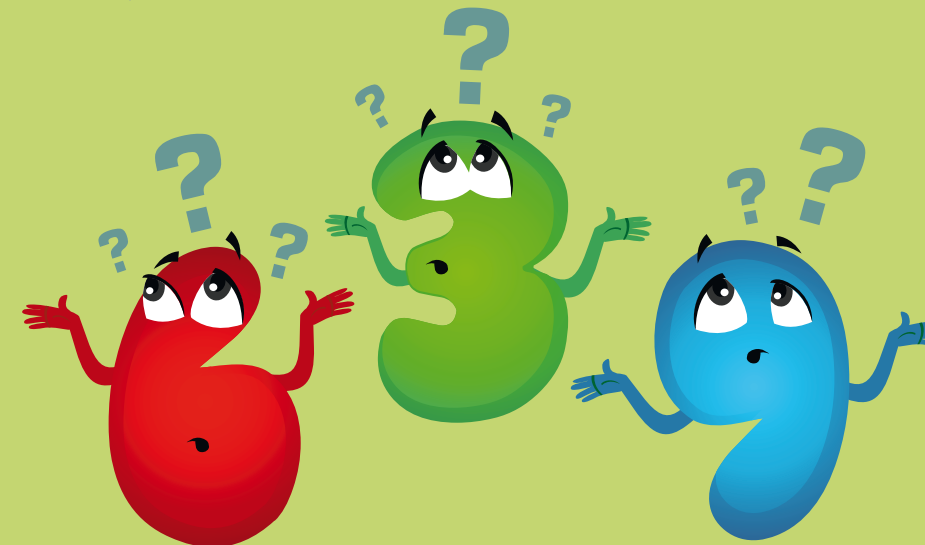
O orçamento de 2018 foi aprovado pela Lei nº 13.833, de 10 de janeiro de 2018.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o estado não pode gastar mais do que arrecada.

## Capítulo 5

# O que são Receitas Orçamentárias?



Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.

### Receitas Orçamentárias

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

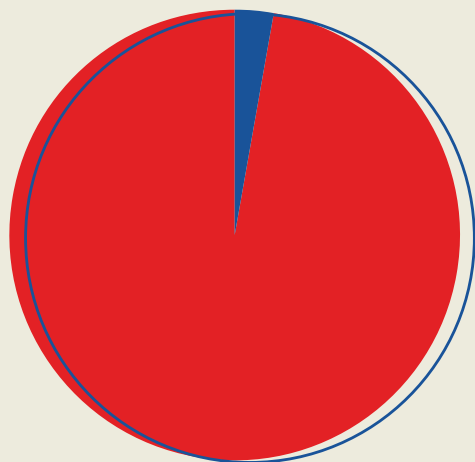
### Receitas correntes

São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo Poder Público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito onde o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

### Receitas de capital

São aquelas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, e decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos também são classificadas nesse grupo.

Em 2018, as receitas correntes representaram 97,1% da receita orçamentária realizada pelo estado.



**GRÁFICO 1 RECEITAS REALIZADAS**

Receitas de correntes: 97,1%

Receitas de capital: 2,9%

Fonte: FIPLAN

### Receitas previstas X receitas realizadas

O total de receitas correntes chegou a 100,32% do previsto, alcançando o montante de R\$ 44.492.156,56 mil. As receitas de capital totalizaram 44,59% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito.

**GRÁFICO 2 RECEITAS PREVISTAS X REALIZADAS**

#### Receitas Correntes



#### Receitas de Capital



Fonte: FIPLAN

## Capítulo 6

# O que são Despesas Orçamentárias?



Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa, e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

### **Categoria econômica**

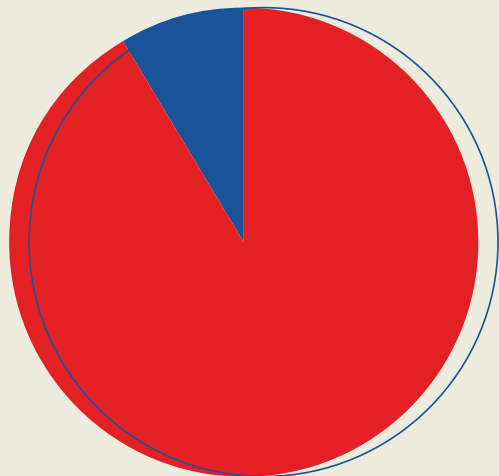
#### **Despesas correntes**

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

#### **Despesas de capital**

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

O gráfico 3 demonstra a participação das despesas correntes e de capital no total da despesa empenhada no exercício de 2018, que foi no valor de R\$ 46.797.949 mil.



**GRÁFICO 3 COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA - 2018**

**Despesa corrente: 91,43%**

**Despesa capital: 8,57%**

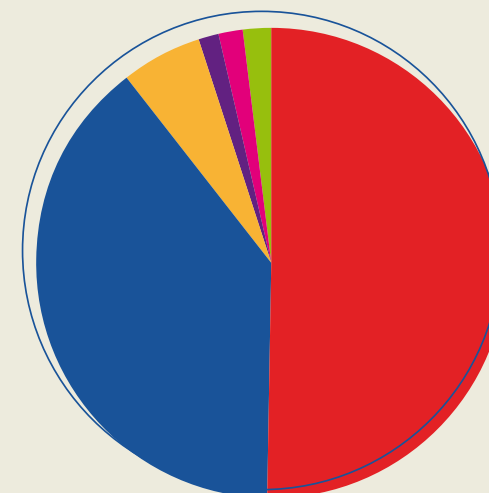
Fonte: FIPLAN

#### Grupos de despesas

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros de dívidas;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos órgãos e entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

O gráfico 4 apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2018, que foi no valor de R\$ 46.797.949 mil.



**GRÁFICO 4 COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - 2018**

**Pessoal e Encargos Sociais: 50,3%**

**Outras Despesas Correntes: 39,2%**

**Investimentos: 5,6%**

**Juros e Encargos da Dívida; 1,9%**

**Amortização da Dívida; 1,7%**

**Inversões Financeiras: 1,3%**

Fonte: FIPLAN

Capítulo 7

# Como se dá a Classificação Funcional da Despesa Orçamentária?



A classificação funcional da despesa é a estrutura de funções, que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança pública, entre outras.

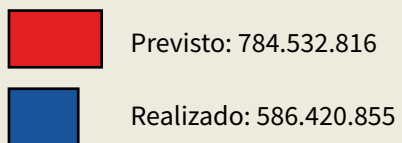
O gráfico 5 apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2018.

**GRÁFICO 5 DEPENDAS POR FUNÇÃO (ORÇADAS X REALIZADAS)**

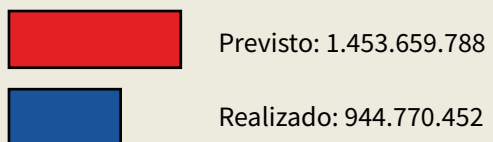
### Segurança Pública



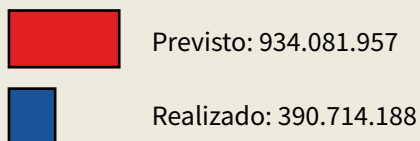
### Agricultura



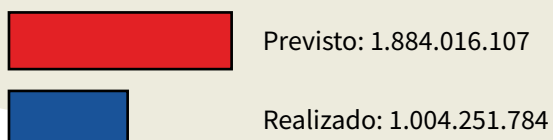
### Transporte



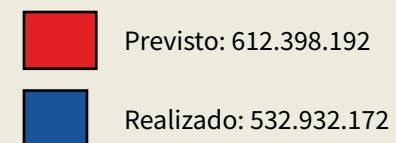
### Saneamento



### Urbanismo



### Direitos da Cidadania



### Educação



### Previdência Social



### Saúde



Fonte: FIPLAN

## Capítulo 8

# O que é o Balanço Orçamentário?



O balanço orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

TABELA 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2018				VALORES EM R\$
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			
	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	REALIZAÇÃO <sup>(1)</sup>
Receitas Correntes <sup>(3)</sup>	49.496.398.962	49.947.428.356	451.029.394	100,91%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-5.146.693.973	-5.455.271.787	-308.577.814	106,00%
Receitas Correntes Retificadas (A) <sup>(2)</sup>	44.349.704.989	44.492.156.569	142.451.580	100,32%
Receita de Capital (B)	3.106.867.470	1.385.198.119	-1.721.669.351	44,59%
<b>SOMA I (A+B)</b>	<b>47.456.572.459</b>	<b>45.877.354.688</b>	<b>-1.579.217.771</b>	<b>96,67%</b>
DESPESA				
	FIXADA ATUALIZADA	EMPENHADA	DIFERENÇA	REALIZAÇÃO <sup>(1)</sup>
Despesas Correntes (C)	43.871.445.306	42.785.990.401	1.085.454.905	97,53%
Despesas de Capital (D)	6.566.770.630	4.011.959.377	2.554.811.253	61,09%
Reserva de Contingência (E)	0	0	0	
<b>SOMA II (C+D+E)</b>	<b>50.438.215.936</b>	<b>46.797.949.778</b>	<b>3.640.266.158</b>	<b>92,78%</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>-920.595.091</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>45.877.354.688</b>			

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

(1) Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão.

(2) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

(3) As Receitas Intraorçamentárias Correntes foram incluídas em Receitas Correntes.



## Capítulo 9

# Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?

✓ Receita

✓ Despesa

✓ Resultado



A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

### Comportamento da receita

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2018, analisando-se o balanço orçamentário resumido, ocorreu uma frustração de receita no montante de R\$ 1.579.218 mil, ou seja, apenas 96,67 % da receita prevista foi realizada.

### Comportamento da despesa

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

**ATENÇÃO:** O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos órgãos, entidades e fundos públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2018, analisando-se o balanço orçamentário resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 3.640.266 mil.

### Resultado orçamentário

É analisado se ocorreu *superávit* ou *déficit*.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um *superávit* orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um *déficit* orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 45.877.355 mil e o total da despesa executada foi de R\$ 46.797.950 mil, ocorreu um *déficit* orçamentário no valor de R\$ 920.595 mil.

O que é o  
*Balanço Financeiro?*



O balanço financeiro é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.



O balanço financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

TABELA 2 BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2018		VALORES EM R\$
DISCRIMINAÇÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
Ordinárias	18.614.093.752	17.014.007.006
Vinculadas	24.188.415.469	26.702.741.858
<b>ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>42.802.509.221</b>	<b>43.716.748.865</b>
Transferências Financeiras	107.907.570.403	107.907.570.546
Extraorçamentários	2.105.938.249	1.990.338.906
Saldo do Exercício Anterior	6.092.425.307	
Saldo para o Exercício Seguinte		5.293.784.863
<b>TOTAL BALANÇO FINANCEIRO</b>	<b>158.908.443.180</b>	<b>158.908.443.180</b>

Fonte: FIPLAN

As receitas e as despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.

## Capítulo 11

# O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa?

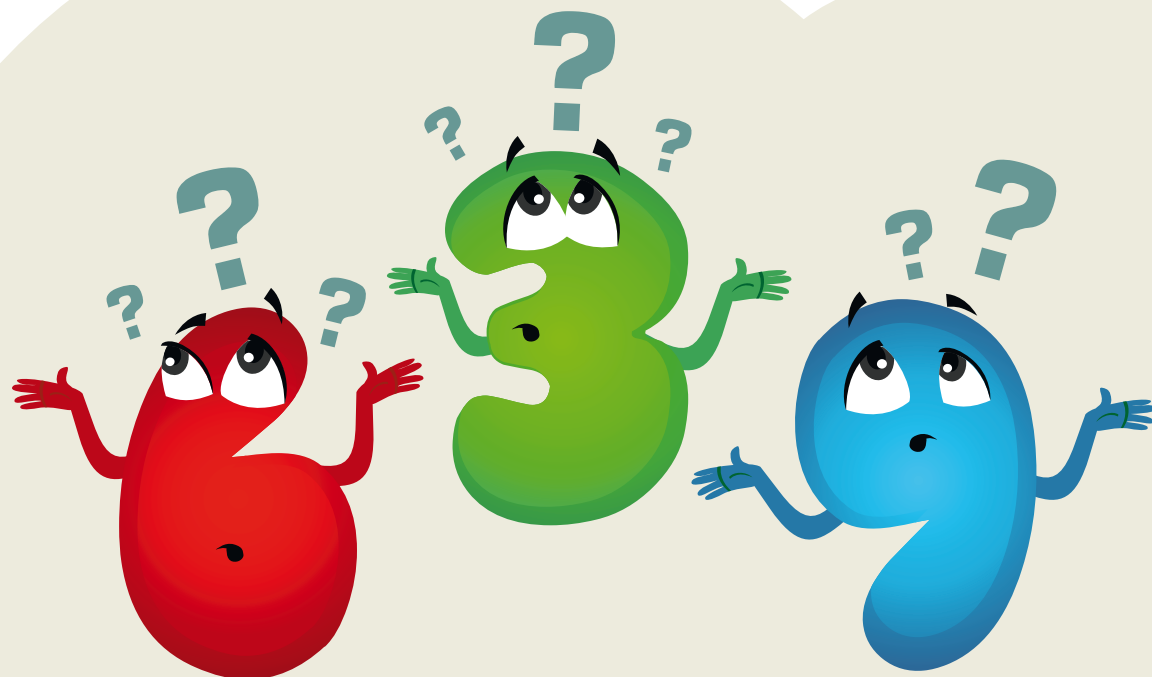


A demonstração dos fluxos de caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimento e financiamento.

TABELA 3 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS FLUXOS DE CAIXA - 2018		VALORES EM R\$
DISCRIMINAÇÃO	VALORES	
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Ingressos	41.697.338.383	
Desembolsos	40.073.608.436	
<b>FLUXO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>	<b>1.623.729.947</b>	
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Ingressos	190.171.005	
Desembolsos	2.492.911.033	
<b>FLUXO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (II)</b>	<b>(2.302.740.028)</b>	
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Ingressos	1.192.358.110	
Desembolsos	1.300.765.002	
<b>FLUXO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (III)</b>	<b>(108.406.892)</b>	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+ II + III)</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	4.641.668.733	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	3.854.251.760	

Fonte: FIPLAN



As atividades operacionais compreendem as principais atividades geradoras de receita da entidade, como os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, como pessoal e demais despesas correntes, e juros e encargos da dívida.

O fluxo de caixa líquido dessas atividades fornece informações sobre o financiamento das ações governamentais por meio de tributos e pelo recebimento de receita de bens e serviços explorados pela entidade; sobre a capacidade de amortizar empréstimos; e sobre a capacidade de autofinanciar suas operações sem recorrer a operações de crédito.

Nas atividades de investimentos estão as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.



São atividades que demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revela, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

As atividades de financiamento estão relacionadas às operações de crédito e aos desembolsos com a amortização/refinanciamento da dívida. O seu fluxo líquido provê as informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade.

Capítulo 12

O que é  
Balanco Patrimonial?



É o demonstrativo contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido.

O balanço patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos) menos o total do **passivo** (obrigações) resulta no **patrimônio líquido**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Ativo



Passivo



**Bens + direitos - obrigações = patrimônio líquido**

## Capítulo 13

# Como é dividido o Balanço Patrimonial?



O **balanço patrimonial** deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o balanço patrimonial, verifica-se uma estrutura com o **quadro principal** formado pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além das contas do quadro principal, o balanço patrimonial é composto de **quadros auxiliares** que apresentam os valores de ativos e passivos financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.



## Balço Patrimonial Resumido

O balanço patrimonial resumido do estado da Bahia de 2018 está demonstrado de acordo com a Tabela 4:

TABELA 4: BALANÇO PATRIMONIAL SIMPLIFICADO					
ATIVO	2018	AV (1)	PASSIVO	2018	AV (2)
Ativo Circulante	7.333.987.968	18,94%	Passivo Circulante	8.676.693.493	3,99%
Ativo Não Circulante	31.385.118.211	81,06%	Passivo Não Circulante	208.993.549.765	96,01%
			Total do Passivo	217.670.243.257	100,00%
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	
			Total do Patrimônio Líquido	(178.951.137.078)	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>38.719.106.179</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>38.719.106.179</b>	<b>100,00%</b>
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2018		PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2018	
Ativo Financeiro	5.307.232.937		Passivo Financeiro	2.342.789.902	
Ativo Permanente	33.411.873.243		Passivo Permanente	215.327.453.355	
			Saldo Patrimonial	(178.951.137.078)	
<b>TOTAL</b>	<b>38.719.106.179</b>		<b>TOTAL</b>	<b>38.719.106.179</b>	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2018		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2018	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	119.649.941		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	69.607.701.727	
<b>TOTAL</b>	<b>119.649.941</b>		<b>TOTAL</b>	<b>69.607.701.727</b>	

Fonte: FIPLAN

(1) Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo / (2) Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo

**OBSERVAÇÃO:** Em Nota Explicativa Complementar às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (DCCE) do Exercício de 2018, disponível no site [https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco\\_anual/Nota\\_Explicativa\\_Complementar\\_DCCE.pdf](https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/Nota_Explicativa_Complementar_DCCE.pdf), foi esclarecido que “em 2019 foram registrados ajustes dos lançamentos (...) com a regularização do saldo das contas de passivo de cobertura da insuficiência financeira no FUNPREV, em contrapartida da conta de ajuste de exercícios anteriores”. Esses ajustes impactaram em alguns valores da Tabela 4 – Balanço Patrimonial Simplificado, a exemplo de:

- Passivo Não Circulante, que, ajustado, teria o valor de R\$ 293.539.035.811,74;
- Patrimônio Líquido, que, ajustado, teria o valor de (R\$ 263.496.623.125,18).

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 38.719.106 mil, que, deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 217.670.243 mil, resultou o patrimônio líquido de **R\$ (178.951.137) mil**. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos da Administração Pública, sendo igual ao saldo patrimonial do quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes. Isto ocorreu devido à influência das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, a maior parcela em relação às provisões a longo prazo existentes no estado da Bahia.

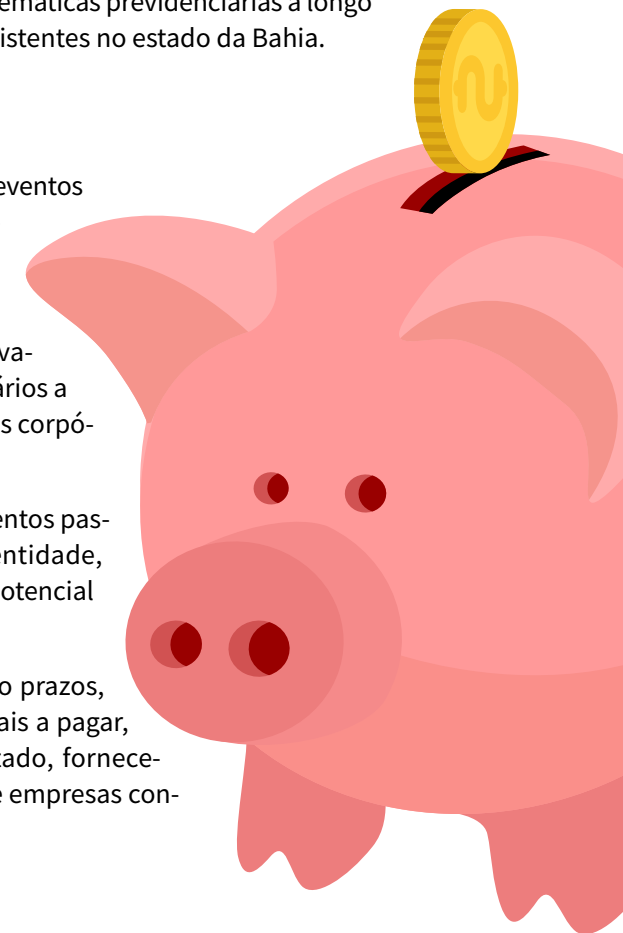
### Ativo e Passivo

**Ativo** é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

**Passivo** é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo estado, dentre outros.





### Classificação em circulante e não circulante

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

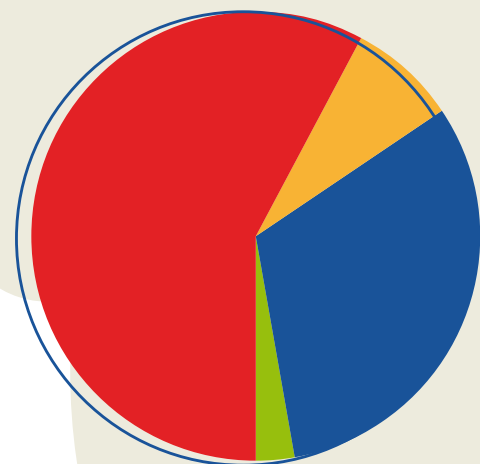
Os demais ativos devem ser classificados como **não circulantes**.

Os **passivos** devem ser classificados como **circulantes** quando corresponderem:

- a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

No ano de 2018, **os gráficos do ativo e passivo**, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, o caixa e equivalentes de caixa representam 57,88% do total do ativo circulante, a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar. (Ver Gráfico 6)



**GRÁFICO 6** COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE - 2018

**Caixa e equivalentes de caixa: 57,88%**

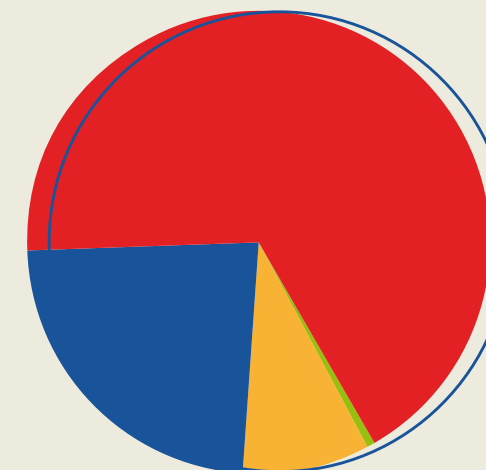
**Créditos a curto prazo: 7,73%**

**Demais créditos e valores a curto prazo: 31,64%**

**Estoque: 2,75%**

Fonte: FIPLAN

De acordo com o Gráfico 7, cerca de 67,45% do **ativo não circulante** corresponde ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em bens imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 23,31%, o ativo realizável a longo prazo 8,83% e o intangível 0,41% do ativo não circulante.



**GRÁFICO 7** COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE - 2018

**Imobilizado; 21.169.906.230; 67,45%**

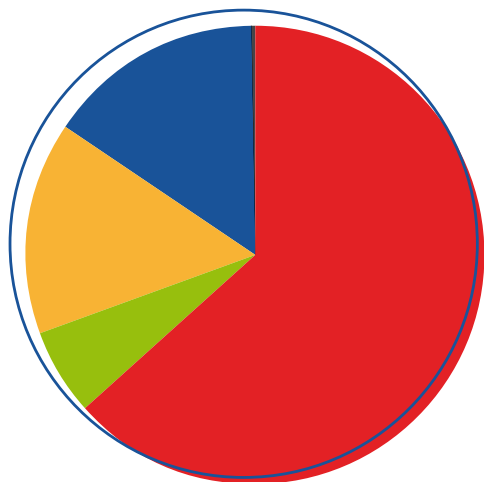
**Investimentos; 7.315.305.288; 23,31%**

**Ativo realizável a longo prazo; 2.772.647.792; 8,83%**

**Intangível; 127.258.900; 0,41%**

Fonte: FIPLAN

No **passivo circulante**, as demais obrigações a curto prazo representam 63,57% do total do passivo circulante, a maior parcela dos compromissos de curto prazo, que englobam as consignações, os depósitos e os convênios recebidos. (Ver Gráfico 8)

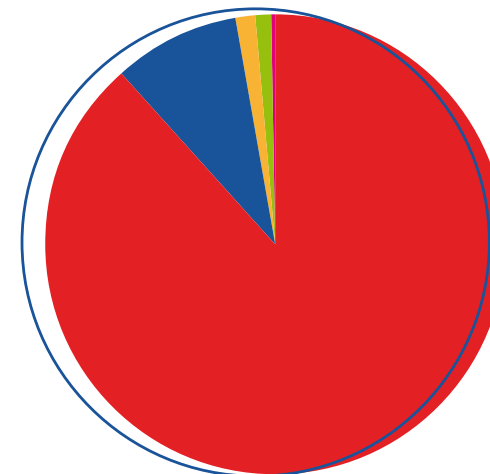


**GRÁFICO 8 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE - 2018**

- Demais obrigações a curto prazo: 63,57%**
- Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: 15,32%**
- Empréstimos e financiamentos a curto prazo; 15,01%**
- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo: 5,95%**
- Obrigações de repartição a outros entes; 0,14%**
- Obrigações fiscais a curto prazo; 0,01%**

Fonte: FIPLAN

Cerca de 88,43% do **passivo não circulante** corresponde às provisões a longo prazo, que, em quase sua totalidade, são representadas pelas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das provisões a longo prazo, o grupo de maior valor é o dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, que representa 8,88% do passivo não circulante, de acordo com o Gráfico 9.



**GRÁFICO 9 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO-CIRCULANTE - 2018**

- Provisões a longo prazo: 88,43%**
- Empréstimos e financiamentos a longo prazo: 8,88%**
- Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo: 1,59%**
- Fornecedores a longo prazo: 0,86%**
- Demais obrigações a longo prazo: 0,23%**

Fonte: FIPLAN

## Capítulo 14

# O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais?



É a demonstração que evidencia as alterações verificadas nos elementos patrimoniais da Administração Pública, e que podem afetar, ou não, o resultado do período, o qual irá compor o patrimônio líquido no balanço patrimonial.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

O resultado desses montantes é chamado de patrimônio líquido, que demonstra se o órgão, fundo ou entidade possui mais (ou menos) bens e direitos do que obrigações, indicando uma situação de *superávit* (ou *déficit*) patrimonial, a depender do resultado das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas).

## Capítulo 15

# Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais?



Através da estrutura da demonstração das variações patrimoniais, o setor público mede o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.

**Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA:** representam as agregações de novos elementos ao patrimônio público, que poderão ocorrer por meio de aumento de valores ativos ou redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

**Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD:** são as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

### Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida

As variações patrimoniais resumida do estado da Bahia de 2018 estão demonstradas de acordo com a Tabela 5:

TABELA 5 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		VARIAÇÕES EM REAL	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018
Total de Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	319.754.326.511	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	282.078.404.360
<b>Resultado patrimonial do período (III) = (I - II)</b>			<b>37.675.922.151</b>

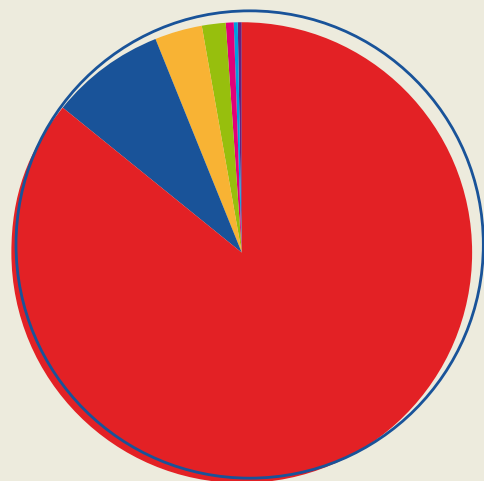
Fonte: FIPLAN

**OBSERVAÇÃO:** Em Nota Explicativa Complementar às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (DCCE) do Exercício de 2018, disponível no site [https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco\\_anual/Nota\\_Explicativa\\_Complementar\\_DCCE.pdf](https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/Nota_Explicativa_Complementar_DCCE.pdf), foi esclarecido que “em 2019 foram registrados ajustes dos lançamentos (...) com a regularização do saldo das contas de passivo de cobertura da insuficiência financeira no FUNPREV, em contrapartida da conta de ajuste de exercícios anteriores”. Esses ajustes impactaram em alguns valores da Tabela 5 – Demonstração das Variações Patrimoniais. Da análise do quadro da Demonstração das Variações Patrimoniais, verifica-se que o ajuste se deu apenas nas variações aumentativas, com a redução do valor de R\$ 84.545.486.047,22, que afetaria o resultado do exercício para um déficit de (R\$ 46.869.563.896,54), conforme mencionado no esclarecimento do ajuste do Balanço Patrimonial, no item de Lucros e Prejuízos do Exercício.

O valor total das VPAs alcançou R\$ 319.754.326 mil e das VPDs foi de R\$ 282.078.404 mil, permitindo que as alterações patrimoniais aumentativas sejam maiores que as diminutivas.

No ano de 2018, **os gráficos de VPA e VPD** atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em termos percentuais.

As transferências e delegações recebidas representam 86,10% do total das VPAs, englobando a maior parte das variações patrimoniais aumentativas em relação aos demais percentuais. (Ver Gráfico 10)



Fonte: FIPLAN

#### GRÁFICO 10 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - 2018

**Transferências e delegações recebidas: 86,10%**

**Impostos, taxas e contribuições de melhoria: 7,88%**

**Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: 3,25%**

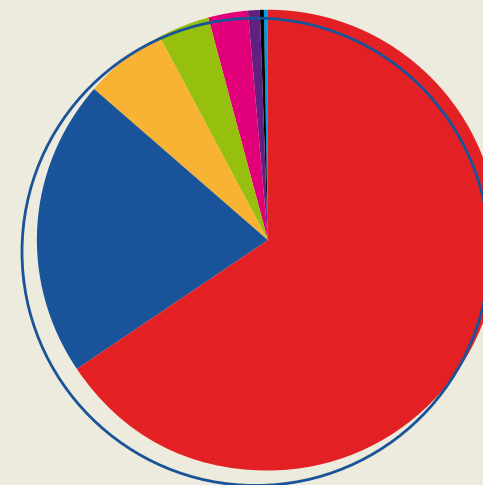
**Contribuições: 1,68%**

**Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: 0,56%**

**Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos: 0,39%**

**Exploração e vendas de bens, serviços e direitos: 0,13%**

As transferências e delegações concedidas representam 65,73% do total das VPDs, englobando a maior parte das variações patrimoniais diminutivas, seguida de outras variações patrimoniais diminutivas com 20,77%. (Ver Gráfico 11).



Fonte: FIPLAN

#### GRÁFICO 11 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - 2018

**Transferências e delegações concedidas: 65,73%**

**Outras variações patrimoniais diminutivas: 20,77%**

**Pessoal e encargos: 5,95%**

**Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo: 3,43%**

**Benefícios previdenciários e assistenciais: 2,79%**

**Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos: 0,81%**

**Variações patrimoniais diminutivas financeiras: 0,40%**

**Tributárias: 0,11%**

## Capítulo 16

# De que forma o resultado das variações patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?



As variações patrimoniais devem manter vinculação entre as contas de resultado e as patrimoniais, de forma a permitir a identificação dos efeitos nas contas patrimoniais produzidos pela movimentação das contas de resultado. O resultado das variações patrimoniais irá compor o patrimônio líquido no balanço patrimonial positivamente se for *superávit*, ou negativamente, se for *déficit*.

Por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), que afetam apenas o resultado patrimonial, obteve-se o resultado patrimonial do exercício para o estado da Bahia. Este valor apresentado na demonstração das variações patrimoniais, também aparece no balanço patrimonial no grupo do **patrimônio líquido**, item **lucros e prejuízos do exercício**.



Desta forma, comparando a demonstração das variações patrimoniais com o balanço patrimonial, verifica-se o seguinte:

#### DVP X BP

DVP (RESUMIDA)	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)</b>	
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	
Contribuições	
Exploração de Bens, Serviços e Direitos	
VPA Financeiras	
Transferências e Delegações Recebidas	
Valorização e Ganho com Ativos	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)</b>	
Pessoal e Encargos	
Benefícios, Previdências e Assistenciais	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	
VPD Financeiras	
Transferências e Delegações Concedidas	
Desvalorização e Perda de Ativos	
Tributárias	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (SUPERÁVIT OU DÉFICIT)</b>	
<b>TOTAL</b>	



BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO)	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
	Patrimônio Social e Capital Social
	Reservas de Lucos
	Resultados Acumulados
	Lucros e prejuízos do ex.
	Lucros e prejuízos do ex. anterior
	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
Ativo Financeiro	Passivo Financeiro
Ativo Permanente	Passivo Permanente
	Saldo Patrimonial
<b>COMPENSAÇÕES</b>	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Saldo dos Atos Potenciais Passivos
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>

Em 2018, o *superávit* do resultado patrimonial do período registrado na demonstração das variações patrimoniais (DVP) foi de R\$ 37.675.922 mil, sendo apresentado no item **lucro ou prejuízos do exercício** do grupo do **patrimônio líquido** no balanço patrimonial (BP).

**OBSERVAÇÃO:** Em Nota Explicativa Complementar às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (DCCE) do Exercício de 2018, disponível no site [https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco\\_anual/Nota\\_Explicativa\\_Complementar\\_DCCE.pdf](https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/Nota_Explicativa_Complementar_DCCE.pdf), foi esclarecido que “em 2019 foram registrados ajustes dos lançamentos (...) com a regularização do saldo das contas de passivo de cobertura da insuficiência financeira no FUNPREV, em contrapartida da conta de ajuste de exercícios anteriores”. Esses ajustes impactaram em alguns valores da Tabela 5 – Demonstração das Variações Patrimoniais. Da análise do quadro da Demonstração das Variações Patrimoniais, verifica-se que o ajuste se deu apenas nas variações aumentativas, com a redução do valor de R\$ 84.545.486.047,22, que afetaria o resultado do exercício para um déficit de (R\$ 46.869.563.896,54), e não o superávit registrado na demonstração das variações patrimoniais (DVP) de R\$ 37.675.922 mil.

## Capítulo 17

# O que é a Provisão Matemática Previdenciária?



Entende-se como provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes.

Também conhecida como passivo atuarial do estado, a provisão matemática previdenciária representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do regime próprio da previdência social, o RPPS – Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

Desta forma, a provisão atuarial é registrada no balanço patrimonial, no passivo não circulante, provisões a longo prazo.



# Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)



A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos uma tabela-resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2018.

TABELA 6.1: LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2018	PREVISÃO ATUALIZADA	VALOR REALIZADO
	R\$ 31.985.452 mil	R\$ 31.980.173 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

TABELA 6.2: LIMITES LEGAIS EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA				
LIMITE DE PESSOAL	LIMITE REALIZADO (%)	LIMITE DE ALERTA (%)	LIMITE PRUDENCIAL (%)	LIMITE MÁXIMO (%)
Despesa de Pessoal	56,08	54,00	57,00	60,00
Executivo	46,13	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,86	3,06	3,23	3,40
Assembléia	1,66	1,68	1,78	1,87
TCE	0,73	0,81	0,86	0,90
TCM	0,47	0,57	0,60	0,63
Judiciário	5,69	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,40	1,80	1,90	2,00
LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	LIMITE REALIZADO (%)	LIMITE DE ALERTA (%)	LIMITE PRUDENCIAL (%)	LIMITE MÁXIMO (%)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - R\$ 20.493.582 MIL	64,08%	180,00%	-	200,00%
Limite da DC L = 2 vezes a Receita Corrente Líquida				

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

TABELA 6.3: LIMITES CONSTITUCIONAIS		
DESCRIÇÃO	LIMITE REALIZADO (%)	LIMITE MÍNIMO ANUAL (%)
Educação	25,65%	25,00%
Saúde	12,40%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

TABELA 6.4: METAS		R\$ MIL
DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO	META ANUAL LDO
Resultado Primário	-76.446	-1.292.423
Resultado Nominal	3.287.736	3.153.697

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.



## Capítulo 19

# O que é a Dívida Pública?



Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda, a propriedade e o consumo de empresas e famílias. Entretanto, em relação aos gastos públicos com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

TABELA 7: DÍVIDA PÚBLICA EM 31.12.2018

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$ 1)
Dívida Interna	15.370.685.046
Dívida externa	9.586.675.506
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>24.957.360.552</b>

Fonte: SDP/SEFAZ

TABELA 8: RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS NO ANO DE 2018

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALORES (R\$ 1)
Caixa Econômica Federal	62.489.033
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	13.653.260
Banco do Brasil	215.329
Banco Mundial	183.229.458
Banco Interamericano	341.267.266
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura	44.876.995
<b>TOTAL</b>	<b>645.731.341</b>

Fonte: SDP/SEFAZ

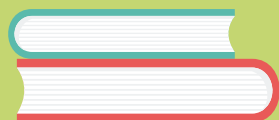
TABELA 9: AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA RELATIVOS AO ANO DE 2018

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$ 1)
Amortização	776.975.690
Encargos	879.049.904
<b>TOTAL</b>	<b>1.656.025.594</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

Capítulo 20

O que é o  
Balanco Econômico?



É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos, com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de *superávit* ou *déficit*. O balanço econômico contempla as administrações direta e indireta.

TABELA 10: BALANÇO ECONÔMICO 2018			VALORES EM REAIS		
RECURSOS OBTIDOS		AV (1)	RECURSOS APLICADOS		AV (1)
<b>Da Arrecadação de Tributos</b>	<b>27.823.326.059</b>	<b>65,00%</b>	<b>Gastos com Manutenção</b>	<b>31.185.242.598</b>	<b>71,33%</b>
(-) Conta Redutora	-3.486.749.871	-8,15%	Pessoal e Encargos Sociais exceto Previdência	13.671.822.387	31,27%
<b>Da Exploração do Patrimônio Estatal</b>	<b>420.872.329</b>	<b>0,98%</b>	Previdência	7.517.371.389	17,20%
(-) Conta Redutora	-3.058.443	-0,01%	Outros Serviços de Terceiros	5.966.140.234	13,65%
<b>De Transferências Recebidas</b>	<b>14.663.391.236</b>	<b>34,26%</b>	Material de Consumo	339.299.898	0,78%
(-) Conta Redutora	-1.867.876.018	-4,36%	Locação de Mão de Obra	814.284.870	1,86%
<b>De Alienações de Bens</b>	<b>33.620.366</b>	<b>0,08%</b>	Demais Gastos	2.876.323.820	6,58%
<b>Do Endividamento Estatal</b>	<b>646.127.921</b>	<b>1,51%</b>	<b>Serviços da Dívida</b>	<b>1.656.025.594</b>	<b>3,79%</b>
<b>Demais Receitas</b>	<b>4.672.456.350</b>	<b>10,92%</b>	Juros e Encargos	879.049.904	2,01%
(-) Conta Redutora	-99.600.708	-0,23%	Amortização	776.975.690	1,78%
			<b>Investimentos</b>	<b>2.611.030.504</b>	<b>5,97%</b>
			<b>Inversões Financeiras</b>	<b>623.953.184</b>	<b>1,43%</b>
			<b>Transf. Constitucionais a Municípios</b>	<b>6.399.479.984</b>	<b>14,64%</b>
			<b>Outras Transferências</b>	<b>1.241.017.002</b>	<b>2,84%</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>42.802.509.221</b>	<b>100,00%</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>43.716.748.865</b>	<b>100,00%</b>
			<b>Superávit/Déficit</b>	<b>-914.239.644</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>42.802.509.221</b>		<b>TOTAL</b>	<b>42.802.509.221</b>	

Fonte: FIPLAN

(1) Análise Vertical. Participação do item no Subtotal

(2) Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias neste demonstrativo

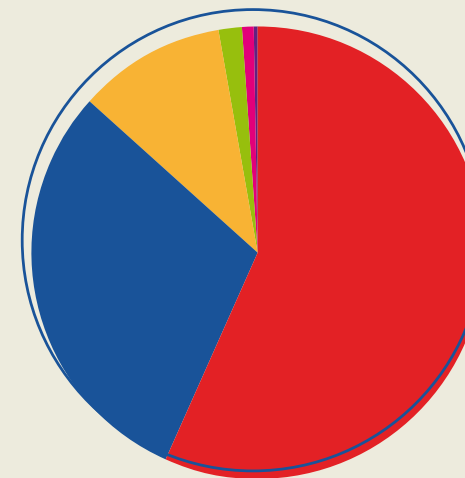


O estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 42,80 bilhões – excluídas as receitas intraorçamentárias. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, em um total de R\$ 27,82 bilhões, ou 65,00% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 14,66 bilhões, correspondente a 34,26% dos recursos obtidos.

Considerando-se os recursos aplicados em 2018, o valor total é de R\$ 43,72 bilhões – excluídas as despesas intraorçamentárias, e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 31,18 bilhões, ou 71,33% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 31,27%, e a despesa com previdência, que representou 17,20%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um *déficit* orçamentário de R\$ 914,24 milhões.

Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:



**GRÁFICO 12 RECURSOS OBTIDOS (LÍQUIDOS)**

**Da arrecadação de tributos: 56,86%**

**De transferências recebidas: 29,89%**

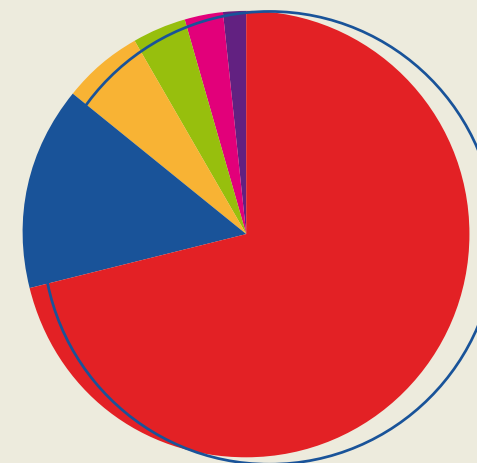
**Demais receitas: 10,68%**

**Do endividamento estatal: 1,51%**

**Da exploração do patrimônio estatal: 0,98%**

**De alienações de bens: 0,08%**

Fonte: FIPLAN



**GRÁFICO 13 RECURSOS APLICADOS**

**Gastos com manutenção: 71,33%**

**Transferências constitucionais a municípios: 14,64%**

**Investimentos: 5,97%**

**Serviços da dívida: 3,79%**

**Outras transferências: 2,84%**

**Inversões financeiras: 1,43%**

Fonte: FIPLAN

## Capítulo 21

# As Concessões de Serviços Públicos e a *Parceria Público-Privada (PPP)*



Uma das formas dos entes públicos atenderem às demandas da sociedade é através das **concessões de serviços públicos**. O estado da Bahia vem realizando diversas concessões, e viabilizado diversos investimentos, gerando benefícios à sociedade. Mas, como isso acontece? Vamos ver:

Cabe inicialmente destacar que um dos tipos de concessão muito relevante é a denominada Parceria Público-Privada, a PPP, que é uma espécie de concessão de serviços públicos, conforme o capítulo 2 da parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP: é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. Ainda conforme o citado MCASP, as concessões de serviços públicos dividem-se em duas categorias: **concessões comuns** e **concessões especiais**.

As concessões comuns são aquelas reguladas pela Lei nº 8.987/95 e, no caso da Bahia, podem-se citar os contratos de concessão da operação da travessia Salvador-Itaparica pelo **Sistema Ferry Boat** (Concessionária: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S/A) e as concessões dos **Sistemas Rodoviários BA-093** (Concessionária: BAHIA NORTE S/A) e **BA 099 - Estrada do Coco/Linha Verde** (Concessionária: CLN – CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE).

Já as concessões especiais são reguladas pela Lei nº 11.079/2004 e são as chamadas Parceiras Público-Privadas - PPPs. Esse tipo de concessão subdivide-se em: concessões **patrocinadas** e **administrativas**.

A diferença básica entre as concessões patrocinadas e as concessões administrativas é que, no caso da **patrocinadas**, o seu objeto é a concessão de serviços públicos ou obras de interesse público de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

No caso das concessões **administrativas** seu objeto é a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Nesse caso, a remuneração do parceiro privado é sempre por contraprestação paga pelo Poder Público, **não havendo cobrança de tarifas dos usuários**.

Observe-se que, diferentemente das concessões comuns, no caso das PPPs a premissa básica é que há sempre uma contraprestação pecuniária por parte do Poder Público, independentemente de haver cobrança de tarifas dos usuários.

As PPPs existentes em 2018 no estado da Bahia são as seguintes:

- a) **Arena Fonte Nova** - Concessão para a reconstrução e operação do Estádio Otávio Mangabeira, seguindo os padrões da FIFA (“Arena”) para a Copa do Mundo de 2014 e a potencial exploração de seu entorno, por meio de concessão administrativa.
- b) **Hospital do Subúrbio** - Concessão para a gestão e operação da unidade hospitalar incluindo os serviços médicos, com o cumprimento dos indicadores quantitativos e dos indicadores de desempenho, tendo como principal foco a ampliação dos Hospitais do Governo, em alta complexidade (urgência e emergência).
- c) **Instituto Couto Maia** - Prestação de serviços não assistenciais precedida da construção da unidade hospitalar Instituto Couto Maia.
- d) **Metrô de Salvador e Lauro de Freitas** - Construção e operação do Sistema Metroviário de Salvador (capital do estado) e Lauro de Freitas.
- e) **Diagnóstico por Imagem** - Concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem em uma central de imagem e em 12 (doze) unidades hospitalares.
- f) **Emissário Submarino** - Construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica Jaguaribe.
- g) **BA-052 - Estrada do Feijão** - Concessão patrocinada para obras e serviços necessários à operação, manutenção e revitalização do Sistema Viário BA-052 e a construção de uma nova ponte de cerca de 1km ligando o município de Barra ao de Xique-Xique.

Nos casos acima, pode-se dividir as PPPs da seguinte forma:

**Concessões Patrocinadas:** Metrô de Salvador e Lauro de Freitas e BA-052 - Estrada do Feijão.

**Concessões Administrativas:** Arena Fonte Nova, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, diagnóstico por imagem e Emissário Submarino.

### O que são os Consórcios Públicos?

Os consórcios públicos “são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme Art. 241 da Constituição

Federal/1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007”. **(MCASP, 8º Edição, Parte III, Cap. 7).**

Com o objetivo de atender às demandas importantes da sociedade, os entes públicos podem, mediante assinatura de um **contrato de rateio**, criar um consórcio público, compartilhando os custos inerentes àquele serviço público.

Conforme o Item 7.2 da Parte III do MCASP (8ª Edição), o **contrato de rateio** é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

Para tal, cada ente consorciado deve incluir em seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) ações e dotações orçamentárias inerentes à prestação dos serviços públicos objetoS do consórcio.

O estado da Bahia, especificamente na área de saúde, está consorciado a diversos municípios baianos com o objetivo de prestação de serviço de saúde por meio de Policlínicas e Hospitais Regionais conforme tabela seguinte:

TABELA 11: INFORMAÇÕES SOBRE OS CONSÓRCIOS DE SAÚDE			
CONSÓRCIOS	SEDE	CNPJ	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS
Consórcio de Saúde Região de Irecê	Rua São Francisco S/N Irecê CEP: 44900-000. Antigo Instituto Baiano de Fomento Agrícola — IBF - Irecê-BA.	26.571.435/0001-80	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, <b>Irecê</b> , Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Morro do Chapéu, Presidente Dutra, São Gabriel, Souto Soares, Tapiramutá e Uibaí.
Consórcio de Saúde Extremo Sul da Bahia – Teixeira de Freitas	Avenida Getúlio Vargas, 1732, Bela Vista. Teixeira de Freitas. CEP: 45995-000.	26.042.718/0001-34	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, <b>Teixeira de Freitas</b> e Vereda.
Consórcio de Saúde Alto Sertão – Guanambi	Avenida Presidente Castelo Branco, 1097 Santa Luzia. Município de Guanambi. CEP: 46.300-000	27.024.544/0001-40	Caclulé, Caetitê, Candiba, Carinhanha, Feira da Mata, <b>Guanambi</b> , Ibiassucê, Igaporã, Iuiú, Jacaraci, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Malhada, Matina, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Riacho de Santana, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanque Novo e Urandi.

(continua)



(continuação)

Consórcio de Saúde Região de Jequié	Avenida Otávio Mangabeira, Mandacaru. Município de Jequié. CEP: 45210-062	26.037.369/0001-62	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Brejões, Cravolândia, Dario Meira, Ibirataia, Ipiaú, Irajuba, Iramaia, Itagi, Itagibá, Itamari, Itaquara, Ituruçu, Jaguaquara, <b>Jequié</b> , Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Manoel Vitorino, Maracás, Nova Itarana, Planaltino e Santa Inês.
Consórcio de Saúde Nordeste II – Ribeira do Pombal	Município de Ribeira do Pombal	28.589.145/0001-99	Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Nova Soure, Novo Triunfo, Olindina, Paripiranga, Ribeira do Amparo, <b>Ribeira do Pombal</b> e Sítio do Quinto.
Consórcio de Saúde Região de Brumado	Município de Brumado	26.327.283/0001-08	Aracatu, Barra de Estiva, <b>Brumado</b> , Contendas de Sincorá, Dom Basílio, Guajeru, Ibicoara, Ituaçu, Jussiapé, Maetinga, Malhada de Pedras e Rio de Contas.
Consórcio de Saúde Região de Feira de Santana	Avenida Eduardo Froes da Mota, Bairro: 35 B, Feira de Santana - BA. CEP: 44.094-000	29.664.289/0001-25	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Baixa Grande, Candéal, Capela do Alto Alegre, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, <b>Feira de Santana</b> , Gavião, Ichu, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.
Consórcio de Saúde Região de Alagoinhas	Rua Santa Cecília, s/n Bairro: Juracy Magalhães - Alagoinhas - BA. CEP: 48.040-180	27.697.707/0001-55	Acajutiba, <b>Alagoinhas</b> , Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Outiçangas, Pedrão, Rio Real e Sátiro Dias.
Consórcio de Saúde Reconvale - Santo Antônio de Jesus	Avenida Governador Roberto Santos, 135, CENTRO, Santo Antônio de Jesus - BA. CEP: 44.572-060	29.551.521/0001-19	Amargosa, Aratuípe, Cabeceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Manguabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Presidente Tancredo Neves, Salinas das Margaridas, Santa Teresinha, <b>Santo Antônio de Jesus</b> , São Felipe, São Miguel das Matas, Ubaíra e Varzedo.
Consórcio de Saúde Região do Baixo Sul - Valença	Rua Augusto Messias Guimarães, s/n. Bairro: São Feliz - Valença - BA. CEP: 45.400-000	29.707.393/0001-50	Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Itaparica, Ituberá, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Taperoá, Teolândia, <b>Valença</b> e Wenceslau Guimarães.

Fonte: FESBA / SESAB

Os valores aportados pelo estado para os consórcios já existentes e aqueles criados em 2018 foram os seguintes:

TABELA 12: INVESTIMENTOS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS					R\$ 1
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO (%)	SALDO EM 31/12/2017	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2018
Cons. Saúde - Região de Irecê	40	3.253.675	2.337.139		5.590.814
Cons. Saúde - Ext. Sul da Bahia	40	3.514.120	3.951.133		7.465.253
Cons. Saúde - Alto Sertão	40	3.999.314	2.187.538		6.186.852
Cons. Saúde - Região de Jequié	40	3.253.685	1.921.322		5.175.007
Cons. Saúde - Nordeste II	40	174.384	23.293.294		23.467.678
Cons. Saúde - Região de Brumado	40	174.384	-		174.384
Cons. Saúde - Região Feira de Santana	40	-	5.329.319		5.329.319
Cons. Saúde - Região Alagoinhas	40	-	4.486.454		4.486.454
Cons. Saúde - Reconvale	40	-	5.300.256		5.300.256
Cons. Saúde - Baixo Sul	40	-	3.435.552		3.435.552
<b>TOTAL</b>		<b>14.369.562</b>	<b>52.242.007</b>	<b>-</b>	<b>66.611.570</b>

Fonte: FIPLAN

O estado da Bahia tem, em cada consórcio, a participação de 40%, cabendo a este também a construção e aquisição dos equipamentos.

### Conclusão

Os relatórios constantes da presente prestação de contas simplificada demonstram que o estado da Bahia - apesar da crise que tem atingido a economia nacional e afetado suas receitas de forma negativa - tem cumprido todos os indicadores constitucionais, os da Lei de Responsabilidade Fiscal e os do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF; tem mantido o equilíbrio fiscal e continua firme no seu propósito de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para todos e cuidar do bem-estar social.



## Equipe Técnica

Angela Aslan Ribeiro Brito  
Caio Marcio Ferreira Greve  
Camille Galvão de Moura Bouzas  
Carina Ramos Santos  
Carlos José Alves dos Santos Junior  
Cecilia Queiroz Vasconcelos Gouvea  
Erickson Sodré Afonso  
Gelio da Silva Figueiredo  
George Wander de Albuquerque Rodrigues  
Ilan Nogueira de Oliveira Santana  
Ionara Falcão Modesto  
Itamar Araújo Gomes Junior  
Jane Pereira de Santana  
Jorge José Vieira da Silva  
Laine Costa Correia Lima  
Leila Rosana Passos da Silva  
Manuel Roque dos Santos Filho (Coordenador)  
Marco Aurelio Borges Neves  
Marcos Eduardo Almeida de Amorim  
Nilma Reis de Oliveira  
Otavio Antonio Nunes West  
Raimundo Gibernon de Almeida  
Renato Cruz da Mata  
Rita Conceição Vieira de Freitas  
Rita Railda Soares Lourenço  
Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal

## Equipe Editorial

*Projeto gráfico, editoração e capa*  
P55 Edição / [www.p55.com.br](http://www.p55.com.br)

*Ilustrações*  
Thiago Durães

*Revisão ortográfica*  
Renata Monken Siqueira

*Impressão e acabamento*  
Empresa Gráfica da Bahia

## Ficha Catalográfica

Bahia. Governo do Estado.  
B115p Prestação de Contas Anual Simplificada 2018 / Organizador, Itamar  
Araujo Gomes Jr.; equipe técnica, Angela Aslan Ribeiro Brito... [et al.].  
Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2019.  
80p. : il. Color.

Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2017.

1. Administração pública – Prestação de contas – Bahia.  
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título

CDD 351  
CDU 35

Elaboração da Ficha Catalográfica: Coordenador da Biblioteca UCS/SEFAZ- Jean Bezerra



SECRETARIA  
DA FAZENDA